CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 255.20.44 - CEP: 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 1.743/83A 02 vol. (reautuado em 11-02-93)

INTERESSADA: Noêmia Lazzareschi

ASSUNTO: Recurso contra decisão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André que dispensou a interessada de suas atividades docentes

RELATOR: Cons. Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá

PARECER CEE Nº 581/93 - CETG - APROVADO EM: 07-07-93

CONSELHO PLENO

1. HISTÓRICO e APRECIÇÃO

Versam os autos sobre recurso interposto por Noêmia Lazzareschi contra decisão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André que a dispensou de suas atividades docentes.

A douta CLN, Para onde o Processo foi preliminarmente encaminhado, exarou o Parecer abaixo transcrito:

" 1. HISTÓRICO

Na peça vestibular, que veio instruída com os documentos de fls. 71 - 452, Noêmia Lazzareschi recorre da decisão da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André que deliberou pela dispensa da recorrente das funções docentes do estabelecimento, alegando, em resumo, que:

a) a decisão mencionada está eivada de nulidades por inobservância a normas regimentais;

PROCESSO CEE Nº 1.743/83A

PARECER CEE Nº 581/93

b) não houve envio antecipado aos membros e descumriu-se a pauta da agenda dos trabalhos;

c) inexistiu "quorum" às 9:00h, bem como às 9:30h e, de fato, somente foi possível ter número regimental de presença dos membros para início da reunião após as 10:00 horas;

d) a Diretora da Faculdade também votou inobservando que à mesma só cabe voto de qualidade;

e) o representante discente, embora impedido, também votou;

f) a lista de presença contém rasuras;

g) no cumprimento da agenda de trabalhos iniciou-se com o terceiro item da pauta;

h) que no procedimento não houve manifestação do Conselho Departamental e do Departamento;

i) ocorreu desrespeito ao direito de defesa impedindo-se, até mesmo, a permanência de seu advogado no recinto.

Apresenta, em seguida, libelo que conclui para que o CEE recomende à Instituição para que se iniciem mais providências para o diálogo entre as partes.

A Diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras prestando informações às fls. 457 - 507, sustenta em síntese, que:

PROCESSO CEE Nº 1.743/83A

PARECER CEE Nº 581/93

a) o procedimento adotado na espécie perpassou por todas as instâncias da estrutura organizacional do estabelecimento;

b) a convocação dos membros à reunião questionada respeitou a prevista antecedência regimental (fls. 470);

c) em virtude do envolvimento dos membros em atividades acadêmicas, após a convocação das 9:00h com inoocorrência de "quorum", decidiu-se, com anuência geral, inclusive da interessada presente, pelo início da reunião da Congregação às 9:45h;

d) por acordo unânime permitiu-se a inversão do agendado, abordando-se o objeto da controvérsia com prioridade;

e) decidiu-se, por unanimidade, pela não permanência do advogado da parte no recinto;

f) como Diretora da Faculdade, deixou de votar;

g) ao início, na chamada nominal dos presentes, constatou-se a ausência do representante discente e, por isso, decidiu-se pelo cancelamento de seu nome na lista de presenças;

h) que a referida lista não contém rasuras e suas assinaturas foram colhidas no local da sessão (fls. 471 - 484);

i) que o rol de assinaturas apontou 90 membros participantes e, no momento da votação havia 80 presentes;

PROCESSO CEE Nº 1.743/83A

PARECER CEE Nº 581/93

j) o Departamento de Ciências Sociais propôs, nos termos regimentais, ao Conselho Departamental, a demissão da Professora (fls. 503);

l) em reunião do Conselho foi apresentada, pela direção, a referida proposta (fls. 487 - 489).

2. APRECIÇÃO

Os elementos informativos dos autos trazem a confronto três aspectos que exigem a atenção: a legalidade da decisão do Colegiado propondo a demissão da recorrente, as providências de início de diálogo entre as partes e a relação de emprego.

a) Uma primeira observação a fazer-se é que entendemos não subsistir qualquer vício relevante, ou suficientemente grave, que acarrete ou justifique a arguida nulidade do ato atacado. As alegações da interessada não foram comprovadas. Além disso foram suficientemente rebatidas pela direção da Escola.

b) Na verdade, quanto à segunda questão que submetemos ao exame sucessivo, não há dúvida que o contrato de trabalho repousa na confiabilidade recíproca, no clima de harmonia de vontades entre as partes envolvidas.

Todavia, vê-se, no caso, que a quebra desses pressupostos tornou insustentável a continuidade da relação. Mesmo assim, considerando as razões expostas no libelo, louvável seria a adoção de medidas conciliatórias entre as partes, se oportuno.

PROCESSO CEE Nº 1.743/83A

PARECER CEE Nº 581/93

Ressalte-se, contudo, que não se trata de revisão do ato impugnado.

c) No que diz respeito aos motivos determinantes da proposta de rescisão contratual e a conseqüente acolhida pela co-contratante, a Entidade Mantenedora, por dizerem respeito à relação laboral, enquadram-se na legislação trabalhista, e a solução deve ser confiada à Justiça do Trabalho.

3. CONCLUSÃO

Dê-se conhecimento, dos termos desse Parecer, à recorrente Noêmia Lazzareschi e à recorrida Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André.

2. CONCLUSÃO

Acolhem-se os termos do Parecer da Douta Comissão de Legislação e Normas, negando-se provimento ao recurso interposto por Noêmia Lazzareschi contra a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santo André.

São Paulo, 29 de junho de 1993

a) Cons. Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá
Relator

PROCESSO CEE Nº 1.743/83A

PARECER CEE Nº 581/93

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Antônio Carbonari Netto, Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá, Elmara Lúcia de Oliveira Bonini Corauci, Roberto Moreira e Yugo Okida.

Sala das Sessões, aos 30 de junho de 1993.

a) Cons. Yugo Okida
Presidente da CETG

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O Conselho Estadual de Educação aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 07 de julho de 1993.

a) Cons. José Mário Pires Azanha
Presidente